

A colonização da América e a acumulação originária do capital

Oswaldo Coggiola*

Resumo: O artigo correlaciona a descoberta e a colonização da América com o processo de acumulação originária de capital.

Palavras-chave: colonização; América; acumulação originária de capital.

Abstract: The article correlates the discovery and colonization of America with the process of primitive accumulation of capital.

Key-words: colonization, America, primitive accumulation of capital.

“Os franceses reclamam que a sorte não lhes deu a América. Estão errados. Na realidade, a Espanha desempenha o papel das Índias para a França.”

(Baltazar Gracián, El Criticón, 1651)

"A escravidão assalariada dos operários assalariados na Europa exigia, como pedestal, a escravidão sans phrase no Novo Mundo."

(Karl Marx, O Capital)

A “descoberta” e a conquista da América se produziram contra o pano de fundo de: 1) A crise do sistema feudal existente na Europa: a fome, a peste, o desabastecimento e as carnificinas guerreiras, tinham reduzido, no século XIV, a população europeia a um terço do que era nos séculos precedentes. Para Marx, “o crescimento (ou retrocesso) da população resume o desenvolvimento (ou crise) das forças produtivas de sociedade”; 2) O surgimento de novas forças produtivas e sociais que preparavam o advento do modo capitalista de produção (a manufatura e a indústria). Forças estas que se chocavam com os entraves postos pelas relações feudais de produção, cuja crise estava evidenciada, no plano econômico, pela crescente monetarização das prestações feudais, e, no plano político, pelo surgimento das monarquias (Estados) absolutistas, que enfraqueciam a nobreza feudal. Regime

* Historiador e Economista, professor Titular do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

entre os quais a monarquia dos Reis Católicos da Espanha era o exemplo mais acabado.

A monetarização das obrigações feudais e o surgimento de uma produção artesanal para o mercado dinamizaram consideravelmente a economia urbana no século XV. A monetarização já tinha latentes possibilidades no sistema econômico das cidades, e pode se desenvolver ainda mais em face da retomada de mineração na Europa Oriental. Neste contexto de expansões comerciais e urbanas é que ocorreram as grandes navegações. Estas, por sua vez, se transformaram numa poderosa mola de impulsão das novas forças produtivas sociais.

Segundo Marx, num parágrafo bem conhecido do Manifesto Comunista: “A descoberta da América, a circunavegação da África, ofereceram à burguesia ascendente um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial e o incremento dos meios de troca e das mercadorias, imprimiram um impulso desconhecido até então ao comércio, à indústria e à navegação desenvolvendo rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição. A antiga organização feudal da indústria, em que era circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante das divisões do trabalho dentro da própria oficina. (...) A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento reagiu, por sua vez, sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação e as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando ao segundo plano as classes legadas pela Idade Média”.

A unificação mundial através da descoberta foi, então, produto da crise do feudalismo e da emergência da produção mercantil, e preparou, por sua vez, a forma específica de expansão do sistema econômico do capitalismo: o mercado mundial.

Nesse contexto histórico, a “descoberta” transformou-se em “conquista e colonização”, as quais tiveram uma função específica no surgimento do novo modo de produção. Segundo Marx, “a acumulação de capital pressupõe mais-valia, a produção capitalista, e esta, a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo este movimento tem assim a

aparência de um círculo vicioso, do qual só poderemos escapar admitindo uma acumulação primitiva, que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida... Certa acumulação de capital em mãos de produtores particulares de mercadorias constitui condição preliminar do modo de produção especificamente capitalista. Pode ser chamada de acumulação primitiva, pois em vez de resultado é fundamento histórico da produção especificamente capitalista”.

Na Europa, as vias da acumulação primitiva foram a ruína e expropriação compulsória de camponeses e artesãos (separação do produtor direto dos meios de produção, condição prévia do capitalismo). A exploração da América (e da Ásia e África) forneceu outra condição essencial: a posse de “grandes quantidades de capital”. Na formulação de Marx, “o sistema colonial jogou de uma só vez pela janela todos os velhos ídolos. Proclamou a produção de mais-valia como a finalidade última e única da humanidade”.

A exploração da América foi uma condição essencial para o nascimento do capitalismo, e, também, um índice de sua expansão em escala mundial: “as descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcaram o alvorecer da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. Os métodos (de acumulação primitiva) se baseiam, em parte, na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial. Mas todos eles utilizavam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. (...) O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólio eram poderosas alavancas de concentração de capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apossadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre, refluíam para a metrópole onde se transformavam em capital”.

O mesmo Marx não vacilou então em concluir que, “se o dinheiro nasce com manchas naturais de sangue no rosto, o capital vem ao mundo jorrando sangue e barro por todos os poros, dos pés até a cabeça”. Pierre Vilar confirma não apenas o caráter compulsório da acumulação do capital-dinheiro vindo da América, mas também a sua função não-marginal na revolução comercial dos séculos XVI e XVII: “O ouro

(das Américas) sempre foi obtido: 1) por pilhagem e extorsões forçadas; 2) pela simples troca e sem autêntico mercado econômico; 3) pela procura de pepitas em areias auríferas. A chegada, primeiro a Lisboa, depois a Sevilha, do ouro africano e mais tarde do ouro americano (é) o começo de uma atração, de uma vivificação comercial, e de uma alta dos preços fomentando a iniciativa. Porque será o ouro necessário para o comércio internacional? Porque, ainda que todas as transações se realizem por compensações escriturais, em um dado momento fica um saldo que o país beneficiário insiste em cobrar em forma de moeda válida internacionalmente”.

No século XVI os conquistadores foram iludidos com as promessas de riqueza e ganhos materiais. Este era um período de acumulação primitiva do capital, preparando o terreno para o capitalismo na Europa. A conquista da América espanhola foi vasta e incrivelmente rápida. Os espanhóis tinham armas de fogo, cavalos, e se aproveitaram das divisões entre os indígenas. Não tardou muito para que a guerra e as doenças dizimassem várias populações indígenas. A Coroa espanhola estava ávida em recolher os frutos da conquista, mas exerceu um papel relativamente pequeno na sua organização.

Após as viagens de Colombo, a expansão do império espanhol foi, em grande parte, o trabalho de pequenos bandos privados de aventureiros armados operando espontaneamente. Os bandos eram, em geral, licenciados pela Coroa, porém, eram também recrutados e financiados por conquistadores individualmente ou em parceria.

Os líderes destes bandos provinham, na grande maioria das vezes, das camadas mais baixas da aristocracia, e estavam ansiosos em adquirir o estilo de vida senhorial ao qual se acreditavam intitulados.

A riqueza inicial do império espanhol na América baseada no saque, teria sido de curta duração se a partir de 1530 os conquistadores não tivessem achado veios de prata nas colônias: assim, “transformaram-se, querendo-o ou não, de bandidos em mineiros”.

A necessidade de metais preciosos por parte da Europa estava determinada pela sua baixa produtividade, especialmente agrícola, em relação ao Oriente, produtividade cujo aumento era o primeiro passo necessário para assegurar uma alimentação mínima a todos os membros da sociedade e, em seguida, propiciar a existência de muitas pessoas alimentadas pelos excedentes agrícolas e empregadas em atividades administrativas, militares, sacerdotais, comerciais, artesanais e industriais.

Desde a antiguidade até os séculos recentes, a Europa Ocidental não tinha produtos que pudessem atrair os orientais, enquanto os europeus ocidentais, desde a Grécia antiga, sempre ambicionaram comprar produtos orientais mais aperfeiçoados (como tecidos de seda, algodão e lã de muito melhor qualidade, por causa do desenvolvimento da tecnologia têxtil) do que os ocidentais, isso sem contar as famosas especiarias e produtos que eram populares no Oriente, mas no Ocidente eram de luxo, como o chá e o açúcar. A Eurásia, em relação ao Oriente, e a Europa, particularmente a Europa Ocidental, sempre foram regiões compradoras. Exportavam pouco e importavam muito, dependendo assim da obtenção de ouro e prata para pagar as importações orientais.

Tal processo ocorria porque o desenvolvimento maior da produtividade agrícola no Oriente propiciou um excedente maior de população que podia se dedicar a atividades não-agrícolas. Essa produtividade maior foi conseguida porque os produtores agrícolas eram proprietários de sua gleba, sem que a escravidão e as servidões agrícolas tivessem o peso esmagador que tinham no Ocidente, na Grécia, na Roma e na Europa da Idade Média. Isso possibilitou, no Oriente, um maior desenvolvimento do comércio, da monetização e da cobrança de tributos em dinheiro, e não em trabalho ou produtos, e da aplicação de recursos em investimentos tecnológicos.

A colonização espanhola da América estava baseada e, conseqüentemente, focada nas cidades. Sempre que uma expedição conquistava um território, a primeira ação de seu líder era fundar uma cidade. Os colonizadores espanhóis aspiravam a um estilo de vida opulento. O núcleo urbano tornou-se fundamental para o modelo de imperialismo espanhol. Praticamente todas as repúblicas hispano-americanas modernas possuem cidades importantes e capitais que remontam a mais de 400 anos e a uma fundação por um conquistador em particular. O ouro e a prata encontrados tornaram-se um importante fator na consolidação dos assentamentos. As minas precisavam de trabalhadores e as cidades coloniais, em franco crescimento, precisavam ser abastecidas. Os espanhóis estabeleceram suas próprias fazendas. As populações americanas nativas foram vistas como convenientes fontes de mão de obra, tanto para a mineração quanto para a agricultura. Grupos de índios foram distribuídos entre os principais colonizadores para serem “cristianizados” e “civilizados”.

Os colonizadores governaram por apenas um curto período de tempo, após o qual a Coroa espanhola assumiu o controle direto do novo império. Instituições

coloniais foram impostas em todos os novos territórios conquistados. Governadores espanhóis, burocratas e oficiais do tesouro assumiram seus postos na estrutura emergente do governo imperial enquanto os conquistadores foram postos de lado, recompensados com títulos ou terras. A Igreja católica assumiu uma posição fundamental no novo império e adquiriu grandes propriedades fundiárias e um enorme poder. A exploração da prata se expandiu maciçamente após 1550. Durante duzentos anos as frotas realizaram viagens anuais de ida e volta a um pequeno número de portos autorizados. Os principais centros do império espanhol na América, após 1580, eram as capitais dos vice-reinos do México e Lima.

O vice-reino de Lima se estendia por toda a América do Sul espanhola, exceto a costa da Venezuela, até que, no século XVIII, mais dois vice-reinos foram criados. As divisões coloniais tiveram grande importância na construção de repúblicas independentes e, as fronteiras nacionais foram, em grande parte, traçadas sobre as linhas que dividiam os velhos reinos. Os segmentos mais explorados da sociedade eram os índios e os escravos negros concentrados no Caribe e na costa do Peru. A camada intermediária consistia em mestiços – mistura de europeus e índios. As classes altas eram predominantemente espanholas. Estas divisões eram, em geral, mais de classes do que de raças. Um mestiço com dinheiro o bastante poderia tornar-se um “espanhol”.

A população indígena encolheu no século XVI e início do XVII, passando por um período de estabilização após o qual começou uma lenta recuperação no século XVIII.

Primeiramente a Espanha e, depois, Portugal, iniciaram com quase um século de antecedência em relação às outras potências colonizadoras (Inglaterra, Holanda, França) a conquista das novas terras americanas. Os motivos da primazia ibérica foram, segundo Romano e Tenenti, a boa tradição marinheira, a tensão demográfica e as lutas sociais internas, as técnicas marítimas (entre elas, a caravela, o navio que possibilitou as viagens interoceânicas) e científicas. O primeiro objetivo dos conquistadores foi a obtenção de metais preciosos, atendendo as necessidades das monarquias europeias, que deles precisavam para financiar seus gastos. Estes tinham crescido muito desde que se transformaram em monarquias nacionais, superando as muitas divisões territoriais próprias da Idade Média: as organizações dos exércitos reais, para submeter à nobreza feudal e empreender as contínuas guerras pela supremacia na Europa, implicavam em gastos desconhecidos até então.

Assim, segundo cálculos oficiais, Espanha recebeu de suas colônias americanas, no período de 1503 a 1660, 181.133 kg de ouro e 16.886.815 kg de prata. Pierre Chaunu calculou entre 85 e 90 mil toneladas, em valor de prata, a produção de metais preciosos da América colonial de 1500 a 1800, isto é, o equivalente entre 80% e 85% da produção mundial nesse mesmo período. Essa entrada enorme de metais preciosos na Europa constituiu um dos maiores episódios da história moderna. Segundo o autor citado, “foi esse fato que desencadeou a crise dos preços do século XVI, e salvou a Europa de uma nova Idade Média, permitindo a reconstituição de seu estoque metálico”.

Mas essa crise, chamada de “revolução dos preços” (os quais se multiplicaram por quatro ao longo de um século) contribuiu, através da inflação resultante, para a ruína de inúmeros artesãos, os pequenos proprietários, criando uma das condições de passagem para o capitalismo: o aparecimento de trabalhadores livres, despossuídos de qualquer propriedade a não ser a sua força de trabalho.

Na época, os senhores feudais já recebiam as contribuições anuais dos servos em moeda, uma taxa fixa por pessoa. Ao dobrar a quantidade de ouro, permanecendo pouco alterada a produção de bens, os preços duplicaram igualmente, reduzindo pela metade os rendimentos dos senhores feudais. Assim, a “revolução dos preços” levou a uma transferência da renda dos senhores feudais para a classe capitalista comercial emergente, debilitando os primeiros e fortalecendo a segunda.

O alcance do processo foi ainda maior. Os séculos XVI e XVII são comumente descritos respectivamente como períodos de expansão, e, depois, de depressão da economia européia. Como observou Carlo Cipolla, apesar destas descrições em “preto e branco” possuírem um fundo de verdade, elas mascaram uma realidade mais complexa e, sobretudo, impossibilitam perceber aquilo que foi a principal característica da economia européia no início da época moderna: a reviravolta do equilíbrio tradicional do poder econômico, ou seja, a mudança do eixo econômico preponderante do Mediterrâneo para o Mar do Norte; o declínio da Espanha e Itália e a emergência dos Países Baixos do norte e da Inglaterra. Ainda segundo Cipolla, a Espanha, apesar do enorme estímulo que recebeu com a injeção de metais preciosos vindos da América, não conseguiu se desenvolver economicamente. Houve um significativo aumento da procura por bens manufaturados, mas, para satisfazer esta exigência do mercado, recorriam-se as importações. Assim também surgiu nos fidalgos espanhóis a ideia de que a Espanha não mais precisava produzir, cabendo a outras nações realizar tal tarefa supostamente inferior.

Dessa forma, França, Inglaterra e a futura Holanda auferiram grandes lucros com a exportação de produtos para a Espanha. A esfera da produção assim marginalizada fazia aumentar o abandono das terras e o desemprego, sempre mascarado pelo Estado através do crescimento da burocracia estatal. Com a queda da produção de metais, e também com as colônias, que passaram a produzir os bens que antes importavam da metrópole, a situação do tesouro espanhol, já minado por uma série de guerras, tornou-se crítica. Na Itália, o processo de declínio econômico se deu de forma mais complexa.

Entre 1454 e 1538, a península italiana foi assolada por uma série de guerras que, obviamente, desorganizaram a produção de bens manufaturados. Contudo, após 1538 houve uma recuperação espantosa. Mas esta recuperação trouxe em si um elemento que, no futuro, seria causa de estagnação. Este novo surto de prosperidade fez com que houvesse um fortalecimento das corporações de ofícios, cujo comportamento resistente às inovações tecnológicas, protetor dos salários e, sobretudo, partidário da ideia de se evitar concorrências, tornou os produtos italianos pouco competitivos, porque caros. Os produtos ingleses e "holandeses", inferiores, mas mais baratos, tinham maior aceitação. Finalmente, entre a segunda e a terceira década do século XVII, uma série de fatores, como a queda nas importações espanholas em decorrência da queda na produção de metais preciosos, a eclosão de diversas guerras na Europa e o surto da peste no norte da Itália vieram a comprometer ainda mais a competitividade italiana.

O desenvolvimento dos Países Baixos do norte está intimamente ligado ao comércio através do mar Báltico, um comércio de importação e exportação para toda a Europa e o mundo. O comércio externo foi ligado ao setor manufatureiro, mas, ao contrário do caso italiano, os holandeses perceberam que era preferível obter lucros mais modestos por unidade, baratear os custos ao máximo e, assim, tornar os produtos mais competitivos no mercado internacional. Com o fanatismo religioso espanhol, que estimulou a fuga de milhares de pessoas dos Países Baixos do sul, a economia holandesa foi enormemente favorecida, não apenas pela injeção de dinheiro, mas principalmente pela injeção de "capital humano": marinheiros, comerciantes, artesãos etc..

A Holanda tornou-se a maior potência naval do mundo, fazendo com que os holandeses ficassem conhecidos como "o quinto elemento do mundo", por estarem em toda parte. A Inglaterra, por sua vez, desde a Baixa Idade Média, produzia a melhor lã da Europa, e aos poucos foi reduzindo suas exportações e incrementando sua

atividade manufatureira, estimulada pela crescente procura, na primeira metade do século XVI, uma vez que a Itália estava envolvida em guerras. Assim como os Países Baixos do norte, a Inglaterra também foi beneficiada pelo fluxo migratório decorrente das perseguições religiosas empreendidas pela Espanha, além de desenvolver uma habilidade para se apropriar de novas tecnologias e aperfeiçoá-las.

Mas se a conquista da América impulsionou decisivamente esse processo, este, por sua vez, reagiu sobre aquela, transformando-a em colonização. Por exemplo, a colonização do Brasil não começou antes de meados do século XVI. Antes, Portugal pouco se ocupou com o Brasil, preocupando-se mais com as rotas orientais de obtenção de especiarias e artigos de luxo.

A descoberta do Brasil era questão de importância secundária. Os esforços portugueses de controlar a costa brasileira foram uma ação de defesa que visava impedir o estabelecimento de enclaves costeiras da França e da Inglaterra. Estes países não aceitavam a divisão do Novo Mundo entre os países ibéricos (Espanha e Portugal, entre os quais o papado tinha dividido a América Central e do Sul, através do Tratado de Tordesilhas, celebrado em 1494, dois anos apenas depois da “descoberta”) e estavam interessados na extração do pau-brasil, utilizado na fabricação de lãs na Inglaterra e nos Países Baixos (Holanda e Bélgica), já em parte sob o regime de produção capitalista.

Se a conquista ajudou, portanto, a suplantando o feudalismo pelo capitalismo na Europa, o desenvolvimento deste impulsionou a colonização da América pelos países europeus. Mas se Espanha, junto a Portugal, foi à impulsionadora da revolução comercial que acelerou a crise geral do feudalismo europeu, se esses países foram os primeiros, na Europa, em conquistar a unidade nacional e enfraquecer a nobreza, e as primeiras potências colonizadoras da América, não foram, porém, as principais beneficiárias desta, entendida como aspecto central da acumulação capitalista primitiva, por carecerem, como veremos no próximo capítulo, de uma burguesia industrial capaz de derrubar definitivamente o antigo regime.

A conquista e a colonização fortalecem decisivamente o capital (burguesia) comercial: “a lei segundo a qual o desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao desenvolvimento da produção capitalista se verifica mais claramente nos povos nos quais o comércio é um comércio de intermediários”.

Durante a conquista, a aquisição de terras não foi o principal objetivo dos espanhóis. Antes de tudo, os espanhóis quiseram estabelecer no Novo Mundo uma sociedade organizada em torno de núcleos urbanos, a semelhança dos existentes no

sul da Espanha. Estes povos dependeriam em seus arredores de uma população indígena camponesa, sujeita a um sistema de domínio colonial indireto, que proporcionaria o abastecimento de alimentos. O sistema de encomienda parecia ser a fórmula ideal para as relações hispano-indígenas. Assim, os encomendeiros perceberiam tributos ou serviços pessoais, e deveriam cuidar da instrução e evangelização do índio “encomendado”. Como instituição legal, a encomienda não implicou direitos sobre as terras dos índios. Durante longo tempo, a demanda de terra foi extremamente limitada, em vista da grande densidade de agricultores indígenas em comparação aos diminutos grupos dos colonos europeus.

Não obstante, o instrumento legal para a redistribuição da terra foi uma característica própria do processo da fundação dos pueblos. Os vizinhos, ao receberem suas parcelas de terra através da “mercê real”, tinham direito a obter grandes ou pequenos terrenos nas áreas circundantes do pueblo que ainda não haviam sido cultivadas pelos índios, constituindo um sistema baseado nas mercedes de terra; mercedes de labor; mercedes de estâncias de ganado; peonía e caballería. Em meados do século XVI, a emigração espanhola para o Novo Mundo alcançou níveis elevados: de maneira acelerada apareceram pueblos espanhóis. Aumentou a demanda de alimentos, em particular daqueles produtos que ainda os agricultores agrícolas não podiam providenciar, como carne, trigo, açúcar e vinho. Um número crescente de espanhóis encomendeiros, como também outros menos privilegiados, se aproveitou do mecanismo da distribuição de terra. Ainda que em princípio a terminologia a esse respeito fosse imprecisa, com o tempo, as leis destinadas para pastos as denominou como estâncias, enquanto as destinadas a vinhedos, cultura de grãos e vegetais foram chamadas de chacras.

A atividade mineira criou as condições para a manutenção de toda uma estrutura agropastoril, desenvolvida para o abastecimento daquela, o mais expressivo mercado consumidor estruturado a partir da fixação e dominação espanhola. Ao se abordar a mineração como elemento maior no intenso processo de constituição do sistema econômico na área de domínio espanhol, não há como não remeter-se a Potosí. Sua expressividade nos é demonstrada, desde seu aparecimento no cenário colonial, por autores como Joseph de Acosta, Garcilaso de la Vega e Bartolomé de Arzáns de Orsúa y Vela. Todavia observamos que não se desconsiderando a data de seu aparecimento, “redescoberta” em 1545, a prata, fim e razão da existência potosina, foi em torno dessa data, mais especificamente a partir da segunda metade do século XVI, com a generalização do uso da técnica do amálgama do mercúrio, que

iria ocorrer a consolidação do domínio espanhol. Entretanto, esse domínio começou a esboçar-se a partir do momento em que os espanhóis utilizaram para a transformação do minério em prata, a técnica nativa da “guayra”.

Partindo-se de 1545, tal técnica foi utilizada respondendo plenamente aos interesses da sedenta Coroa espanhola. Porém, esse processo foi utilizado em menor escala a partir do momento em que o subsolo potosino não mais forneceu minérios de elevado teor argentífero (os “guayras”, fornos de vento, serviam somente para os minérios com elevadas quantidades de prata). Com o uso generalizado dessa prática, ocorreu a estruturação de uma rede abastecedora ligada a central potosina, tendo como momento de maior produção e também declínio, a década de 1560. Argumentos que comprovam o estabelecimento desses intercâmbios são encontrados no próprio cerro. Evidencia-se como principal fator dos intercâmbios sua localização geográfica, e, conseqüentemente, seu clima incompatível com qualquer atividade agropastoril. Esse fator, aliado a excessiva preocupação com a extração do minério, bem como sua transformação, justificam por si só os elos estabelecidos com diversos locais do Vice-Reinado e para além dele.

Os espanhóis utilizaram não somente a técnica nativa das guayras, mas também fizeram uso das folhas de coca, das lhamas e diversos outros gêneros ali necessários que tiveram seus usos reorientados, desempenhando, assim, ambos, papel de relevo para o cerro. Tais folhas de coca serviam como paliativos para a superexploração a que os nativos eram submetidos, seu mercado consumidor era assegurado pelas minas. Neste cenário, as lhamas desempenhavam papel essencial, principalmente por representarem o meio de transporte do cerro com as mais diversas localidades. A Espanha, metrópole mercantilista, necessitava que os envios de prata tivessem continuidade, haja vista que seus gastos com a manutenção da vasta região que compunha os domínios de Felipe II eram bastante elevados. Todavia, esses núcleos abastecedores, surgidos para atender a demanda de Potosí, também exigiam a continuidade da extração da prata.

O vice-rei Francisco de Toledo, representante da Coroa espanhola, teve um papel expressivo na articulação e estruturação desse segundo momento, representado pela sua vinda como autoridade maior no Vice-Reinado. Sua presença foi de vital importância para a introdução do amálgama do mercúrio, já que desencadeou uma grande elevação na produção e, conseqüentemente, para a manutenção dos intercâmbios. A partir dele, Potosí consolidou-se como centro gerador de intercâmbios, pois, além dos núcleos agropastoris, foram estruturados vínculos vitais com

Huancavélica e sua produção mercurial. Houve também o traslado da casa da Moeda de Lima para o cerro, fato esse que ressalta e confirma o que representou essa localidade “perdida” nos Andes. Potosí retratou o exemplo dos exemplos da opulência e da miséria. Uma localidade onde houve a morte de milhares e milhares de pessoas, porém essencial para Espanha e para o próprio Vice-Reinado peruano.

A transformação econômica e ecológica da América em virtude da colonização foi enorme. A primeira revolução que transformara o solo da mesoamérica foi a invenção da própria agricultura. Décadas depois da conquista se produziu a segunda revolução, ao combinar a queda brutal da população nativa com a penetração dos espanhóis em seu território, e a propagação neste de plantas e animais europeus. As sementes europeias se expandiram pelas terras altas e irrigadas do México.

Em poucos anos os grãos transformaram a paisagem tradicional dos campos indígenas, inauguraram a exploração de riquíssimas terras, introduziram o uso permanente de técnicas de cultivo espanholas, tais como o arado, a irrigação e a parelha de animais. Em meados do século XVII, as terras antes desoladas do Bajío haviam se convertido nas terras agrícolas mais modernas, importantes e prósperas da Nueva España. A cana-de-açúcar foi outro veículo que contribuiu para a grande transformação do meio natural e social. Introduzida desde a década de 1530, exigiu diversos investimentos para converter o suco da cana em cristais açucarados.

A penetração europeia nas terras temperadas e quentes foi também estimulada pela demanda de produtos tropicais, como o tabaco, o cacau, o índigo e o anil, o palio tinte e outras plantas que, desde a segunda metade do século XVI, passaram a ser exploradas na escala comercial. Não obstante, o impacto mais violento sofrido pela paisagem natural e cultural da Nueva España foi a introdução do gado que chegou através das Antilhas, seguindo o caminho dos outros conquistadores do solo. Entre muitas das surpresas que guardavam aos colonizadores, nenhuma teve impacto similar com a que produziu a prodigiosa multiplicação das vacas, cavalos, ovelhas, cabras, porcos, mulas e burros que, em poucos anos, repovoaram Nueva España e mudaram subitamente a fauna original e o uso do solo.

O gado se espalhou pelo México (assim como pela região do Rio da Prata) pela ação dos agricultores indígenas, os animais invadiram e destroçaram o cultivo aberto dos índios, transformaram terras de cultivo em campo de pastoreio, deslocaram o sistema de assentamento e reduziram os recursos alimentícios dos indígenas. Criaram-se estâncias de ganado mayor em terras baixas da zona tropical mexicana (epidemias já haviam dizimado a população nativa).

Em finais do século XVI, em todos os novos territórios, já havia mais de cem mil ovelhas, cavalos, cabras e vacas. Uma nova e extensíssima porção de terra foi assim incorporada a economia. O gado, a agricultura e, sobretudo, as minas de prata, levaram, de modo diverso, numerosas ondas de população branca, índia e negra a estes territórios, completando o processo de colonização e as futuras formas que iria adquirir a economia latino-americana. Essas novas situações econômicas criaram o homem a cavalo, o vaqueiro ou gaúcho (nas planícies do Prata) que, junto ao mineiro e ao missionário, foi uma das figuras centrais da colonização. Os animais constituíram a primeira força de tração não humana usada no México, para o transporte e processamento do açúcar. Lãs proporcionaram comércio de exportação de manufatura.

Missionários franciscanos, dominicanos, jesuítas e carmelitas tiveram papel importante na introdução de plantas e animais de técnicas agrícolas e de irrigação (para as plantações de laranjas, limões, peras, vinhedos e vegetais). A rápida transformação da agricultura mexicana, a produção de açúcar, a ligação entre pecuária, agricultura e mineração, as transformações econômicas provocadas pela pecuária e os religiosos como introdutores de conhecimentos, alteraram para sempre a distribuição da terra.

Nos dias seguintes a tomada da capital asteca, no atual México, o colonizador Hernán Cortês se apoderou para si e seus soldados de algumas das melhores terras (principalmente aquelas que haviam pertencido ao estado e, funcionários militares e religiosos). Os espanhóis não se interessaram pela agricultura: a agricultura indígena era mais que suficiente para satisfazer a demanda. Plantavam com dificuldade e irregularmente, e de maneira frequente deixaram seus cultivos para dedicar-se a atividades “mais lucrativas”, como os saques dos indígenas.

Hernán Cortês dispôs a repartição de terrenos chamados peonías, a todos os soldados de pés que haviam participado da conquista, e caballerias, para aqueles que haviam combatido a cavalo (estas eram cinco vezes maiores que as peonías). A primeira distribuição regular de terra foi feita pelos auditores da Segunda Audiência, entre 1530 e 1535. Seguindo a tradição da reconquista em Espanha, e com o propósito de estimular a “guarda e conservação da terra”, se autorizou aos conselhos dos novos povos e vilas a concessão de mercês de terras a todo aquele que desejara assentar-se nelas permanentemente.

A partir da segunda metade do século XVI, o desinteresse dos espanhóis pela terra e atividades agrícolas mudou. Na segunda metade do século ocorreu a maior

distribuição de terras, coincidindo com as grandes epidemias e a dizimação indígena, provocando uma definitiva limitação do espaço indígena. As transformações que se operaram no uso da terra, como consequência da extensão pecuária, estimulada pela Coroa, a câmara, os virreyes (vice-reis), foram imponentes e radicais. Uma grande parte destas enormes extensões de terra não foi cultivada ou dedicada a pecuária de uma vez, mas a concessão em si a proprietários privados reforçou e acelerou a grande transformação agrícola que se estava operando. A decisão da Coroa de levar a cabo uma massiva distribuição da terra entre muitos colonos institucionalizou o processo original de ocupação desordenada da terra, e deu estabilidade aos proprietários agrícolas, precisamente em um momento em que o descobrimento das minas, a expansão colonizadora e a decadência da agricultura nativa requeriam a criação de novos recursos alimentícios.

A demanda e oferta de mercês de cavalaria e estâncias atraíram tanto velhos como novos colonos, dedicados principalmente a abastecer os centros mineiros. Do mesmo modo, a alta nos preços dos alimentos, e a abundante disponibilidade de terra, estimulou a formação das haciendas e ranchos mistos, quer dizer, com agrícola e pecuária, que rodearam as cidades e capitais administrativas do centro-sul do vice-reinado. Durante o século XVI, a ocupação de terras sem título legal foi a prática mais comum para estender a propriedade. Em 1591, aprovou-se a lei da Coroa para regulamentação das terras e começou o pagamento do fisco. A distribuição das terras concedidas aos povos, a criação de propriedades mistas, agrícolas e pecuárias, e a ocupação da terra sem legalização no século XVI, determinaram as formas de exploração da mão-de-obra.

A hacienda logrou estabilizar-se quando conseguiu criar seu próprio sistema de atração, manutenção e reposição dos trabalhadores. Tardou mais do que um século em consegui-lo, devido a luta constante mantida pela comunidade indígena, fornecedor principal de energia humana nesta época. Misturaram-se a utilização de mão-de-obra indígena por encomendeiros, com os trabalhos temporais, forçados e especializados. A medida que os trabalhos oferecidos pelos espanhóis requeriam mão-de-obra permanente, os encomendeiros perderam lugar para o uso do escravo, tanto índio como africano. O repartimento era um sistema mediante o qual os índios deviam trabalhar a jornada nas explorações espanholas; se não fizessem voluntariamente, as autoridades deviam forçá-los a fazê-lo.

A adoção do novo sistema de trabalho introduziu mudanças radicais nos povos indígenas devido, principalmente, a que antes da conquista, e durante o período da

encomienda, os índios produziam seus próprios meios de subsistência, como também os excedentes requeridos por seus dominadores, em um mesmo espaço e com os mesmos métodos de produção. Deixaram o lugar em comum para participar da economia espanhola em funções específicas (mineração, agricultura e pecuária). A transferência massiva de trabalhadores para a economia espanhola reduziu a capacidade de autossustentação que a comunidade indígena havia desfrutado anteriormente.

A extração constante de trabalhadores impediu as comunidades de produzir para o seu próprio consumo, incrementando-se, portanto, sua dependência aos bens produzidos pela economia espanhola. Nos finais do século XVI e nas primeiras décadas do século XVII, os hacendados começaram a opor-se a repartição forçosa dos trabalhadores indígenas, levada a cabo pelos corregedores, e reclamaram o direito de contratação em um mercado livre de trabalho, sem interferências das autoridades. Exigiam que os índios fossem livres para trabalhar como quisessem, em qualquer atividade que elessem, e para ir com aqueles patrões que lhes oferecessem melhores condições.

Em 1632, a Coroa ratificou este sistema novo de trabalho, ou seja, a supressão do repartimento forçoso dos trabalhadores agrícolas, e aprovou a contratação voluntária dos mesmos mediante o pagamento de uma jornada. Assim, os proprietários de grandes haciendas agrícolas e pecuárias puderam dispor, pela primeira vez, de uma força de trabalho permanente, não escrava, ao longo de todo ano. A expansão territorial da hacienda se reforçou com a aquisição destes trabalhadores que, a partir de 1630 em diante, passaram a residir e a se reproduzir nos confins territoriais da propriedade, constituindo a peonagem encasillada (classificada), trabalhadores que praticamente careciam de toda liberdade de movimento.

A hacienda deixou de ser uma mera terra de labor ou estância de ganado, tal e como a documentação do século XVI e princípios do século XVII a menciona, para transformar-se em uma unidade de produção independente. A principal dificuldade continuou na inexistência de um verdadeiro mercado de trabalho, pois os índios que podiam constituí-lo dispunham de seus próprios meios de subsistência e compartilhavam uma de cultura camponesa que tinha como base a organização corporativa da comunidade indígena.

Posteriormente, a propriedade das minas e a expansão das haciendas que as abasteciam atraíram um fluxo contínuo de homens desarraigados, produto da

mestiçagem étnico cultural. Com efeito, as haciendas pecuárias e agrícolas, como as minas e centros urbanos, foram o crisol onde se forjou a nova população novo-hispana. Assim, as haciendas requeriam principalmente trabalhadores fixos, e em contraste, o grande problema das propriedades agrícolas era o de dispor de um número considerável de jornaleiros sazonais para as temporadas de semeadura, roçado e colheita. No século XVII, os hacendados do Bajío mexicano resolveram o problema mediante o arrendamento de parte de suas terras aos camponeses, sob um compromisso pelo qual estes se comprometiam a trabalhar para a fazenda durante os períodos sazonais.

Tendo em consideração o já dito, os mecanismos usados para atrair e reter os operários de forma permanente nas haciendas indicam a existência de um mercado livre de trabalhos e o predomínio, não de uma remuneração salarial em dinheiro, senão de meios de subsistência (préstimos, rações, moradia e direito de usufruto das terras da hacienda), ou seja, de uma mudança na composição da força de trabalho. É importante também observar que a força laboral permanente das haciendas não foi extraída dos povos indígenas, que conservaram seus próprios meios de produção e que praticaram uma economia corporativa e de autossubsistência, mas daqueles grupos racialmente mesclados que, por sua origem, careceram de direito a terra. Em princípio o povo índio pode evitar esta pressão enquanto as extensões de suas terras produtivas e o tamanho de sua população estiverem equilibradas, mas quando a terra não foi suficiente para manter os habitantes da comunidade, os índios tiveram que emigrar para as haciendas, minas ou para as cidades. Daí que uma das principais estratégias dos hacendados foi precisamente a de apoderar-se das terras da comunidade indígena.

Assim, grande parte do êxito econômico da hacienda foi consequência do valor excedente extraído da longa jornada de trabalho dos peões, da exploração da família e da comunidade campesina. O resto vinha dado pela crescente adaptação da hacienda ao mercado. Nas primeiras décadas do século XVI, então, predominou a utilização da encomienda, isto é, a exploração da energia dos índios. A necessidade do trabalho permanente levou a escravidão. A partir dos anos 1630, os índios passaram a residir nas fazendas, como peones encasillados, surgindo a peonagem por dívidas (por adiantamento de roupas e dinheiro pela futura jornada de trabalho). A pressão das fazendas sobre as comunidades indígenas vinculava-se a necessidade de trabalhadores temporários: a própria hacienda surgiu para satisfazer a demanda interna dos mercados urbanos e mineiros.

Naqueles lugares onde houve grandes investimentos, ou concentrações de riquezas importantes e a população não aumentou, os reduzidos mercados apenas deram lugar a pequenas estâncias pecuárias, que requeriam pouco investimento e escassa mão-de-obra, como é o caso de Mérida, onde a maior parte dos alimentos que entravam na cidade procedia de agricultores indígenas. O resto da região era terra de pequenos agricultores e de comunidades de índios, de população produtora e consumidora de seus próprios produtos agrícolas.

O setor agrícola mercantil da Nueva España se concentrou em torno dos eixos que vinculavam a colônia com a metrópole: os complexos mineiros e os centros político-administrativos. Nos anos de abundância, o comércio de grãos diminuía consideravelmente nos mercados urbanos para que boa parte da população indígena e mestiça pudesse contar com seus próprios cereais, cultivados em pequenas partes de propriedade familiar ou individual. Assim, uma boa colheita significava milho abundante, barato e contração do mercado devido ao autoconsumo; o que mostra que uma parcela considerável da população urbana continuava em propriedades de pequenas parcelas agrícolas.

Ainda que o mal tempo ou a seca golpeassem regularmente todas as terras, seus efeitos eram desiguais. As terras férteis, irrigadas, bem fertilizadas e semeadas com as melhores sementes, eram sempre as menos destruídas; mas o tempo ruim afetava as terras pobres, propriedades de índios e de pequenos agricultores, que precisavam de irrigação, esterco e sementes selecionadas. Por isto, e porque a área de cultivo destinada ao comércio era incomparavelmente maior nas haciendas que nas terras da comunidade, o volume da oferta comercial de grãos das fazendas, em tempo de crise agrícola, excedia em muito o que as comunidades indígenas ou pequenos proprietários podiam oferecer.

Não obstante, em anos de crise da agricultura, os primeiros grãos que eram levados aos centros urbanos e mineiros provinham dos agricultores indígenas ou dos pequenos proprietários mestiços e crioulos. Estes levavam ao mercado o pouco que haviam podido salvar das colheitas para obter o dinheiro com que pagar os tributos, as dívidas, ou liquidar os créditos adquiridos para a semeadura, vendo-se obrigados a impor, durante o resto do ano, uma rigorosa dieta a sua família. Esta sequência de bons e maus anos, com sua variedade de efeitos sobre o volume da produção, a oferta, a demanda e a flutuação dos preços se tornaram um fenômeno regular, um ciclo agrícola periódico e inalterável que afetou de cheio a organização da hacienda como unidade produtiva, a qual emergiu precisamente para resistir as consequências

catastróficas do ciclo agrícola. No curto prazo, a estratégia seguida pela hacienda consistiu em tirar o máximo benefício da tendência sazonal da oferta, demanda e preços agrícolas, mediante a construção de enormes depósitos que permitiam aos hacendados armazenar a colheita em lugar de vendê-las durante os meses de preços baixos.

Como toda empresa dedicada a venda de seus produtos, a hacienda se organizou para obter um excedente líquido (produto bruto menos autoconsumo, menos a inversão destinada a inovação da capacidade produtiva) que deveria beneficiar aos proprietários. Para a obtenção deste excedente se requeria incrementar o volume da produção comercial, dentro da própria hacienda, e ampliar a gama de artigos necessários para a produção e consumo doméstico, fazendo evitar a compra destes em outros lugares. Os hacendados precisavam aumentar os benefícios nas vendas e reduzir ao mínimo a compra de insumos, para, assim, poder manter sua categoria e condição social, e adquirir os artigos europeus que eles não produziam.

Uma maneira de alcançar estes objetivos era através da ampliação territorial da fazenda. As perdas ou ganhos das haciendas eram imperecíveis e dependiam das oscilações climáticas e das irregularidades da oferta e da demanda. Por conseguinte, os proprietários buscavam prover suas haciendas com recursos necessários para combater os efeitos que produziam os fatores desestabilizadores.

A aquisição de enormes extensões de terras serviu aos hacendados para combaterem seus competidores de mercado. Cada parcela de terras que os pequenos agricultores ou os rancheiros perdiam, e as que eram arrebatadas às comunidades, ampliavam os mercados dos grandes proprietários, uma vez que reduzia a capacidade produtiva das pequenas haciendas. As grandes extensões de terras monopolizadas pelas haciendas e os numerosos hectares que estas mantinham em lavoura obedeciam, portanto, a uma lógica econômica. Como se sabe, a usurpação das terras dos índios vem a ser a melhor forma de criar mãos trabalhadoras para a fazenda e o meio adequado de multiplicar os consumidores de seus produtos. Para os índios despojados de suas terras não havia outra alternativa senão alugar-se como peões nas haciendas, ir às cidades e engrossar o número de consumidores urbanos, ou fugir e refugiar-se nas zonas “ilhadas” do país. Mas na selva, nas montanhas ou no deserto, os cultivos dos índios não competiam com os da hacienda. Assim, durante os séculos XVI e XVII, quando os mercados eram pequenos, a demanda débil e os preços baixos, a maioria dos agricultores se concentrou no aproveitamento máximo dos setores dedicados ao autoconsumo, reduzindo os dedicados a atividades comerciais.

No período de expansão demográfica, crescimentos dos mercados, incremento da demanda e alta de preços, se modificavam as combinações e usos dos recursos da hacienda. Por conseguinte, tanto nas épocas de diminuição da demanda e dos preços, como nas de alta sensível de ambos, o proprietário da fazenda tratava de reduzir ao máximo os equívocos monetários no conceito de insumos; e por outra parte, também de aumentar a entrada monetária mediante as vendas diretas no mercado. Isto quer dizer que os limites econômicos da hacienda eram fixados, por um lado, pelos custos monetários dos insumos, e, por outro, pela entrada efetiva que obteria através das colheitas no mercado. Os estudos sobre haciendas coloniais mostram que todas elas tentavam ser autosuficientes em produtos básicos, especialmente milho - pois os hacendados entregavam rações deste produto aos jornaleiros permanentes e aos sazonais, em lugar de salários - e também em carne, couro, sebos, produtos lácteos, animais de tração, carga e transporte.

As haciendas criaram, em benefício próprio, um complexo produtivo complementar e inter-relacionado. Neste sentido, o que uma não produzia em quantidade, era proporcionado por outras, e vice-versa, sem necessidade de recorrer, portanto, ao mercado aberto. Do mesmo modo, para evitar o mercado, os mineiros do norte adquiriram extensas haciendas especializadas em cereais e gado para prover alimentos a seus trabalhadores; ademais de lenha, carvão, animais de carga e tração e refinados metais. O dinheiro foi usado como medida de valor, mas sem que este mudasse efetivamente de mãos.

Essa prática, que passou a generalizar-se no século XVII, regulava as relações entre os grandes hacendados e os poderosos comerciantes da cidade do México, sendo estes últimos os que monopolizavam as mercadorias importadas da Europa. E também porque, frequentemente, o próprio hacendado abria uma tenda na região e tratava com os outros produtores nos mesmos termos em que o fazia o comerciante da capital, recebendo produtos agrícolas em troca de bens manufaturados. Finalmente, o proprietário da hacienda não perdia, porque o custo do intercâmbio desigual recaía sobre a mão-de-obra e comunidade indígena. Em última instância ganhava a metrópole, donde finalmente iam parar os excedentes do conjunto social. Ganhavam a cidade e seus intermediários. Perdiam os agricultores e, sobretudo, os trabalhadores e os povos índios.

Os agricultores, além de vender grandes volumes de suas colheitas aos comerciantes, dispunham de mercados locais, que ao longo do ano lhes permitiam obter receita monetária. Os grandes possuidores de terras controlaram o monopólio da

oferta devido ao monopólio das melhores terras perto dos mercados urbanos, o acesso que tinham ao crédito e, também, graças aos nexos familiares e econômicos que haviam contraído com os funcionários encarregados do abastecimento alimentício das cidades. Durante o século XVI, as principais cidades da região central do antigo império asteca, tais como México e Puebla, eram abastecidas pelos agricultores indígenas, mas, já nos séculos XVII e XVIII, estas estavam dominadas pela produção das haciendas que haviam crescido em seus arredores.

Esse processo se consolidou por sua contínua fusão de interesses entre hacendados e autoridades da cidade, permitindo aos primeiros ocupar os cargos principais da câmara, o qual deu como resultado que os regulamentos que regiam o sistema de abastecimento favorecessem aos grandes proprietários. A preeminência produtiva dos grandes proprietários de terras os induziu a construir moinhos para a moenda do trigo, que se converteram em mercados e centros de armazenamento de farinha que se consumia nas cidades.

A princípio do século XVIII, a maior parte do trigo e da farinha que entravam no mercado de Guadalajara pertenciam aos pequenos e médios agricultores, mas já em fins do mesmo século estes haviam praticamente desaparecido, sendo substituídos por grandes hacendados, que, por sua vez, eram os proprietários dos moinhos mais importantes. A matança e venda de gado estavam controladas pelas autoridades municipais, entre cujos principais funcionários havia agricultores e pecuaristas. O abatimento da carne era um monopólio municipal que controlava as entradas e vendas de toda a carne que se consumia na cidade, e que as autoridades cediam, sob contrato, a um indivíduo, geralmente pecuarista, que estava obrigado a introduzir uma quantidade fixa de cabeças de gado durante um número específico de anos.

O monopólio da produção se completou com o controle do mercado urbano, pois as mesmas famílias que ostentavam a propriedade das haciendas haviam monopolizado as principais tendas da cidade para vender pulque. Não obstante, ao longo do século XVIII, o monopólio dos grandes hacendados se foi desintegrando na capital do reinado, como também em outras cidades importantes da colônia. Qualquer que seja o procedimento adotado, não há dúvidas de que, nos finais do século XVIII, as principais transações comerciais estavam nas mãos dos comerciantes.

Se o proprietário não possuía terras extensas, férteis e diversificadas, se não reduzia ao mínimo os gastos em metálicos, não disporia de dinheiro acumulado ou crédito suficientes para investir na compra de terras e equipamentos, e, assim, sortear os períodos de caída de demanda e dos preços, caso contrário, simplesmente, sua

hacienda não seria um bom negócio: não produziria excedentes monetários com que obter os bens e serviços que impunha o estilo de vida da elite colonial urbana, em que o consumo suntuoso era uma das manifestações essenciais do poder e da posição que ostentavam.

Não obstante, era muito difícil reunir em uma só pessoa todas as condições que assegurassem a estabilidade da hacienda. Depois de duas ou três gerações, poucas famílias conservavam intactas as haciendas criadas por seus progenitores. O problema central na formação da hacienda foi a não disponibilidade de dinheiro efetivo suficiente para criá-la, desenvolvê-la e mantê-la. A história da hacienda está estreitamente vinculada a daqueles indivíduos que estavam em propriedade de recursos mais escassos de toda economia colonial: capital monetário disponível e facilidades de crédito. Tudo o que hoje sabemos da economia colonial da Nueva España indica que as grandes propriedades não surgiram somente dos recursos gerados pela agricultura, destino da inversão dos rendimentos provenientes da encomienda, dos cargos públicos, da mineração e do comércio. Ao final do século XVI e ao longo do XVII, a geração dos proprietários de terras pode resistir e fazer frente a emergência de uma nova geração de homens ricos e poderosos: mineiros, comerciantes e obreiros, diante dos que tiveram que manipular e fazer novas alianças matrimoniais, econômicas e políticas para poderem sobreviver.

A base da progressiva simbiose entre hacendados, funcionários, mineiros, comerciantes e membros da igreja foi o crédito. As características do mercado antes mencionadas mostram que a principal dificuldade enfrentada pelos hacendados era a de obter dinheiro em efetivo para a sementeira, compra ou aluguel de ferramentas e o pagamento dos trabalhadores sazonais. Ademais, necessitavam conseguir somas de dinheiro para construir cercas, depósitos, presas, ou para a compra de mais terras. Nestas circunstâncias, a escassez de liquidez e a ausência de transações de dinheiro obrigavam os agricultores a solicitar empréstimos, diante da inexistência de instituições de crédito, durante os séculos XVI e XVII.

Uma decisão das autoridades coloniais, como parte do Pacto Colonial, foi a proibição de intercambiar produtos entre as possessões espanholas da América. Isto aguçou os efeitos do ciclo boas/más colheitas, baixa/alta dos preços, e contração/expansão da demanda. Outra medida de caráter político-econômico que repercutiu negativamente no desenvolvimento comercial da região foi a proibição da fabricação de qualquer artigo de consumo suscetível de competir com as manufaturas exportadas pela metrópole. Na realidade, todas estas medidas que restringiam a

agricultura, única e exclusivamente ao cultivo de produtos básicos para abastecer os centros urbanos e mineiros, significavam que esta atuava como subsidiária da produção de prata.

A concessão do monopólio aos comerciantes do consulado da Cidade do México, do tráfico mercantil com a Espanha, Ásia e, temporariamente, com as posses do sul do continente e do Caribe, permitiu a estes realizar as maiores transações em dinheiro e recolher as maiores ganâncias resultantes do intercâmbio desigual do comércio entre Espanha e sua colônia. A relação entre Igreja e agricultura aguçou as distorções do desenvolvimento agrário e fez mais instável a situação da hacienda.

Incapaz de financiar com recursos próprios o processo de doutrinação, pacificação, reorganização social e legitimação política empreendida pela Igreja, a Coroa outorgou a esta o direito de arrecadar em seu próprio proveito o dízimo. É conhecido que, mais de 1000 *mayorazgos* foram criados ao longo do período colonial, radicados a maioria em propriedades rurais de modestas dimensões, estabelecidas por agricultores, religiosos e membros das elites da província. Não obstante, os *mayorazgos* mais importantes que consolidaram verdadeiros estados territoriais eram propriedades de uma só família, sendo originariamente fundados pelos descendentes dos primeiros conquistadores e encomendeiros que possuíam relações familiares com os ricos mineiros e funcionários.

Nos séculos XVII e XVIII, os *hacendados* ricos, mineiros, comerciantes e funcionários compraram títulos nobiliárquicos e os vincularam a um ou mais *mayorazgos*. Deste modo, terra, riqueza, prestígio social e poder político se fundiram em torno a pequenos núcleos familiares, que, no século XVIII, já possuíam os territórios mais extensos e férteis, monopolizavam o controle dos mercados urbanos e mineiros, controlavam as únicas fontes de crédito disponíveis e obtinham os maiores rendimentos monetários pela manipulação das redes de comércio interior e exterior. O fundamento desta oligarquia foi a fusão dos grandes proprietários de terras com os manipuladores dos rendimentos monetários procedentes das minas e do comércio.

Os estudos sobre o montante dos empréstimos cedidos pela Igreja e ordens religiosas a particulares e, sobre a forma em que se realizavam estes empréstimos, mostram, sem lugar a dúvida, que as grandes famílias de *hacendados*, mineiros, comerciantes e funcionários, foram os principais beneficiados destes fundos; e que, por sua vez, este núcleo reduzido de famílias emparentadas era o que absorvia uma grande parte do capital disponível em *Nueva España* e participava nas decisões das instituições religiosas. O fato dos comerciantes estarem estreitamente ligados ao

sistema econômico que enviava para a Espanha a maior parte do excedente que produzia a colônia impediu a estes de fusionar-se totalmente com os hacendados, mineiros e manufactureiros locais e formar conjuntamente uma oligarquia colonial com interesses comuns. Ademais, os privilégios que a Coroa outorgou aos comerciantes os colocou por cima do sistema econômico colonial dominante, e, a nova posição econômica, política e social que alcançaram, ao longo do século XVIII, terminou por enfrentá-los com outros membros da oligarquia colonial.

A concentração do crédito e moeda circulante em mãos dos comerciantes lhes outorgou um poder político superior ao de qualquer outro setor da oligarquia, tanto porque fez depender deles aos funcionários do reinado, provinciais e locais que requeriam fianças em dinheiro para comprar os postos públicos, como porque a enorme riqueza dos comerciantes lhes permitia adquirir postos em benefício próprio e presidir as principais instituições civis. Além disso, esta mesma riqueza acumulada começou a financiar as atividades dos membros da câmara municipal, da hacienda, do reino e até as do próprio rei da Espanha. Os comerciantes acabaram sendo, inclusive, os principais beneficiários da mineração: o monopólio do crédito, do dinheiro e do comércio exterior nas mãos dos comerciantes criou instabilidade na propriedade da hacienda, monopólio do comércio em geral. Excluindo a arrecadação do dízimo pela Igreja, os comerciantes ocuparam o topo da hierarquia colonial, impedindo, primeiro, os agricultores de participarem do comércio exterior e, logo, deslocando-os do comércio interno também.

Ao mesmo tempo em que a colonização, o assentamento de imigrantes e o crescimento populacional favorecia, como vimos acima, o desenvolvimento da atividade agrícola e agropecuária, os colonizadores espanhóis e portugueses nunca perderam de vista o objetivo fundamental da obtenção de metais preciosos através, inicialmente, do saque, e depois, da exploração da mão-de-obra indígena ou escrava, com vista a arrancá-los da própria terra, que se supunha abundante em metais nobres. Os próprios nomes geográficos (Rio da Prata, Argentina, de *argentum*, prata em latim) indicam a esperança dos colonizadores. As regiões que, em função desse objetivo, passaram a ocupar uma posição marginal, eram submetidas a um número de limitações que tornava impossível todo o desenvolvimento.

Foi o caso de Buenos Aires, especialmente durante o século XVII, que só conseguiu sobreviver (afetada por um déficit comercial crônico e de enormes dimensões em relação a sua economia) graças ao contrabando com Rio de Janeiro (e com o Brasil em geral): em 1652, quando a população de Buenos Aires era de 3100

habitantes, houve 446 óbitos (um para cada sete habitantes); nessa mesma década houve apenas oito matrimônios. Com a instalação da “aduana seca” em Córdoba, ao norte de Buenos Aires, a relação econômica entre as regiões mineiras do Alto Peru e o litoral atlântico das possessões espanholas da América do Sul foi duramente afetada, o que, junto com a precariedade do sistema de Flotas y Galeones, que garantia a comunicação com a metrópole, suscitou a expansão dos portugueses do Brasil em direção ao oeste, conquistando imensas regiões que juridicamente pertenciam a Coroa espanhola (e também determinou a circulação de grandes quantidades de prata no planalto paulista): as contradições da colonização espanhola iluminaram a importância do episódio brasileiro do “bandeirismo” e criaram a base histórica para a posterior emergência do “Brasil continental”.

No Brasil, as entradas e bandeiras procuravam abrir o caminho frequentemente deixando um rasto de sangue em direção a rápida riqueza. No caso português, o ouro brasileiro ia para Portugal e dali - para pagar o excedente das importações sobre as exportações, ou déficit comercial - para a Inglaterra. Brasil e Portugal não foram apenas fregueses muito importantes para as manufaturas inglesas, cujo crescimento estimulava na época em que o mercado europeu tendia a recusá-las, mas apoiaram também o seu desenvolvimento.

Esse ouro, além de lubrificar as engrenagens da riqueza britânica durante as pré-condições para a largada, no século XVIII, rumo a Revolução Industrial, financiou largas parcelas do renascimento britânico no comércio do Oriente, através do qual, importou tecidos de algodão mais leves para reexportá-los para os climas mais quentes da Europa, África, Américas, e para os quais não tinham outros meios de pagamento a não ser o ouro brasileiro.

Devido a estrutura interna dos países ibéricos, a conquista e colonização da América se transformaram em um fator de seu atraso econômico e político: “A debilidade congênita da Espanha, que se origina em sua estrutura econômica de exportadora de matérias primas (lã), e importadora de produtos manufaturados, se agravou com a conquista da América; a Espanha passou a contar com recursos monetários suficientes sem poder, contudo, abastecer suas colônias com os produtos manufaturados de que necessitam. A partir do século XVI, Espanha se converteu cada vez mais em simples intermediária entre as colônias americanas e a Europa comercial e manufatureira”.

Uma lenda persistente pretende que, devido ao diferente “espírito” da Inglaterra, a colonização inglesa da América teria tido natureza e objetivos diferentes

da ibérica. Em verdade, a única diferença consistiu em que a colonização inglesa, além de tardia (em relação a ibérica) foi, no início, mal sucedida. A Companhia de Comércio e Colonização foi o meio através do qual se implantou a primeira colônia inglesa bem sucedida no continente norte-americano. Tais companhias dispunham de amplos poderes e outras vantagens. Para o governo inglês era mais fácil regular as atividades de uma sociedade do que as dos comerciantes dispersos.

Por isso, esse governo dava as Companhias poderes e oportunidades que ele não assumia por temor ou morosidade. Virgínia, a primeira colônia bem sucedida da América, começou como fazenda de uma Companhia mercantil. As subscrições dos acionistas se investiam em mercadorias, no recrutamento de colonos e no pagamento de barcos para o transporte. Os produtos obtidos pelos colonos eram transportados a Inglaterra, onde a sua venda engrossava as utilidades dos acionistas. Os produtos com os quais a Companhia esperava fazer fortuna eram os mesmos que os mercantilistas apreciavam.

A descoberta do ouro e da prata poderia transformá-los num segundo Peru: “As florestas forneciam a material naval que libertaria a Grã-Bretanha das importações estrangeiras, e os campos os produtos tropicais. Georgia, os estabelecimentos dos ‘peregrinos’ em Plymouth e dos puritanos, em Massachussets, foram outras colônias implantadas sob o sistema de Companhias (...) (Elas) foram um redondo fracasso financeiro. Não deram utilidades aos seus acionistas. A empresa de Virgínia dissipou os fundos recolhidos e, em 1621, três anos antes que perdesse a concessão, tinha arriscado na empresa mais de 100 mil libras (quantia fabulosa para a época) sem ter devolvido a menor soma em juros ou no principal. Não foi melhor sucedido o acionista das comunidades de ‘peregrinos’. (...) Até o estabelecimento da Georgia, a colonização é levada adiante sob o sistema de domínios. A Coroa concede terras, não a uma Companhia, mas a indivíduos ou grupos de indivíduos, conhecidos como proprietários. Maryland foi a primeira aplicação valiosa desse sistema (...) (Mas) as rendas que os proprietários tiravam das suas terras eram geralmente tão modestas quanto os ganhos das Companhias colonizadoras”.

As mesmas limitações existentes no Pacto Colonial dos países peninsulares incidiam nas colônias inglesas, pelo menos desde que a Inglaterra começou a ocupar-se seriamente delas, com os Atos de Navegação de 1651. Um “Relatório do Comissário de Comércio e Plantações” declarava, em 1699, que “a intenção de criar nossas plantações na América é a de que o povo ali se ocupe com coisas que não sejam o produto da Inglaterra, à qual pertencem”. Foram tomadas medidas proibindo

tanto a manufatura colonial de mercadorias que concorresse com os produtos exportáveis da indústria inglesa quanto para impedir a exportação de determinados produtos coloniais a outros mercados que não a Inglaterra. Esperava-se com isso que aquele país ficasse com a nata do comércio colonial.

Às colônias americanas, uma lei de 1699 proibiu, por exemplo, que exportassem artigos de lã, enquanto o fumo e o açúcar eram “racionados”, e só se podiam exportar para a Inglaterra e outras colônias inglesas. As colônias inglesas não demoraram a furar o monopólio real através do contrabando, especialmente, com a África e as Antilhas francesas. Um traço característico das treze colônias inglesas era a sua diversidade devido as vicissitudes de seu processo de formação. Eram de três tipos: autônomas, de proprietários e régias. Nas autônomas, os governadores eram eleitos por um ano, com menos poderes que nas de proprietários (cujos governadores eram nomeados pelos próprios proprietários) e nas régias (onde os governadores eram nomeados pelo rei). A autonomia relativamente maior de que gozavam as colônias inglesas era devido a política de “Negligência Salutar” adotada pela Inglaterra - que atravessava graves crises internas e convulsões revolucionárias - durante o século XVII.

Essa política seria abandonada durante o século XVIII, mas, as tradições de autogoverno, junto as excepcionais características das colônias inglesas do Norte - que analisaremos mais adiante - teriam grande importância no processo de sua independência.

A impossibilidade de reduzir o índio do norte à condição de escravo fez com que a grande característica das colônias inglesas fosse a importação de escravos africanos em grande escala (a Inglaterra, por outro lado, possuía o monopólio do tráfico negreiro a partir do Tratado de Utrecht, de 1713). Isto porque, o tipo de produção correspondente a uma economia de exportação de matérias primas era a cultura extensiva da terra (ou plantações).

O tipo de propriedade, por sua vez, correspondente a essa cultura era o latifúndio. Numa situação de escassez de mão-de-obra, devido a hecatombe demográfica já mencionada, o latifúndio estava inseparavelmente unido às diversas formas de trabalho forçado. A escravização do negro foi, então, a fórmula encontrada pelos colonizadores europeus para o aproveitamento das terras descobertas.

Na faixa tropical, a grande propriedade monocultora e escravista tornou-se a base da economia, que girou em torno da exportação de produtos tropicais para as

metrópoles, de onde, por sua vez, provinham os produtos manufaturados necessários a vida da colônia.

Nas fazendas de algodão, nos EUA, nos engenhos e canaviais das Antilhas e do Brasil, o escravo representou a principal força de trabalho. O sistema escravista esteve desde, os primórdios da colonização, vinculado a grande lavoura: “Escravidão e grande lavoura constituíram em muitas áreas a base sobre a qual se ergueu o sistema colonial, que vigorou por mais de três séculos”. Daí que tenha sido incorreto afirmar que, a oposição entre as origens e as tendências dos pioneiros da colonização na América seria a raiz profunda e longínqua das diferenças atuais entre os EUA e as Américas, Central, do Sul e Latina.

As terras americanas recebidas por Portugal (o Brasil) careciam de metais preciosos e de culturas bastante desenvolvidas para fornecer suficiente mão-de-obra. O problema para a Coroa portuguesa consistiu em encontrar o tipo de exploração que contribuísse para financiar os gastos resultantes da posse de terras tão extensas e distantes. Fatores muito especiais ensejaram a estabelecimento a base da produção de açúcar: domínio da sua técnica de produção, aprendida dos italianos e que já havia sido aplicada nas Açores; ruptura do monopólio comercial do açúcar, detido por Veneza, em colaboração com os holandeses, o que abria aos portugueses os mercados do Atlântico Norte.

A escravização do indígena permitiu o estabelecimento dos primeiros engenhos; Alberto Passos Guimarães disse que: sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado, e muito menos exercido, é que nasceu e se desenvolveu o latifúndio no Brasil. Desse estigma de ilegitimidade que é o seu pecado original, jamais ele se redimiria. Adquirida maior rentabilidade pelas explorações, essa mão-de-obra foi substituída pela do negro africano. A plantação açucareira, utilizando o trabalho escravo, constituiu a base da primeira colonização do Nordeste do Brasil, chegando esta ao seu auge em fins do século XVI e começo do seguinte. Com essa colonização ficaram postas as bases do latifúndio brasileiro.

Quando Dom João III dividiu sistematicamente o território em latifúndios denominados capitânicas, já existiam, no Brasil, capitães-mores nomeados para elas. O que se fez, então, foi demarcar o solo, atribuir-lhes ou declarar-lhes os respectivos direitos e deveres que tinham os colonos que pagar ao rei e aos donatários, com a soma dos poderes conferidos pela Coroa portuguesa, autorizando-os a expedir forais, que eram uma espécie de contrato em virtude do qual os sesmeiros ou colonos se

constituíam em perpétuos tributários da Coroa e dos seus donatários ou capitães-mores. A terra dividida em senhorios, dentro do senhorio do Estado; esse era o esboço geral do sistema administrativo na primeira fase da história colonial do Brasil. As esferas do público e do privado estavam imbricadas: havia uma relação “confusa” entre o Estado e os particulares.

A Coroa repassava tarefas públicas a particulares: a administração de territórios e cobrança de impostos e, por outro, as pessoas que exerciam tarefas administrativas, direta ou indiretamente ligadas ao Estado, delas se utilizavam para benefício próprio. Um alto funcionário que pretendia voltar enriquecido para a metrópole só teria problemas se mexesse no dinheiro da Coroa ou se entrasse em choque com o conjunto dos colonos mais importantes. Esta política de delegação de poderes e tarefas estatais a indivíduos, e a aceitação de que estes daí tirassem benefícios, fez com que detentores de postos estatais construíssem grandes fortunas.

A Coroa fez uso da iniciativa particular e nela se apoiou para desenvolver seu projeto colonial, mas sempre sob seu controle mais ou menos presente: como parte do processo de formação do Estado, tal política era um recurso. A Coroa usava recursos humanos e financeiros particulares para atingir seus projetos de colonização, sem lhe caber nenhum ônus, embora cedendo, em troca desse apoio, terras, cargos, rendas e títulos nobiliárquicos.

A Coroa só atuava diretamente quando a situação exigia ou quando os benefícios eram claros. Já no início do processo de colonização, a Coroa reservava para si o pau-brasil, riqueza concreta, mesmo que arrendasse sua exploração, mas cedesse a exploração de metais, ainda desconhecidos, guardando para si apenas a possibilidade de cobrança do quinto. Isto também é visível quando da criação do governo-geral, num momento em que a resistência indígena ameaçava a continuidade da presença portuguesa de São Vicente a Pernambuco. Dessa forma se estabelecia a relação entre a Coroa, mediada ou não pelos seus representantes na colônia - donatários, governadores-gerais - e os colonos. A Coroa utilizava-se da iniciativa e dos recursos particulares e, os colonos, procuravam recompensas por seus serviços nas chamadas “honras e mercês”, frequentes nos documentos coloniais. A Coroa utilizou-se largamente dessa política de concessões em troca de serviços. Dificilmente algum projeto régio deixava de conter promessas de honras e mercês, desde grandes expedições até o incentivo da produção de baunilha. O próprio rei, na correspondência, incentivava tal política solicitando informações sobre os colonos para

possíveis mercês e, ainda, orientando os governadores para informarem os colonos do contentamento da Coroa com os serviços prestados.

Outro elemento fundamental para os colonos era a posse da terra, distribuída sempre em nome do rei, a partir da Lei de Sesmarias. A terra ocupava um papel central, já que “as concessões de sesmarias demarcavam as estruturas de poder que não podiam nem ser destruídas, como condição histórica para manter a estratificação estamental que servia de base social a existência e ao fortalecimento do Estado patrimonial”. A terra poderia ser doada diretamente pelo próprio rei, neste caso para altos funcionários próximos a ele. Ainda poderia ser dada pelo governador, pelos donatários ou ainda por outros funcionários, neste caso a doação poderia ser recebida por colonos ou funcionários do governo já estabelecidos no Brasil, mas a confirmação régia, principalmente para as grandes doações, era procurada como uma garantia maior.

Os pedidos de terra esclarecem a relação entre a concessão das terras e serviços já prestados ou futuros: a participação na conquista da região, o combate aos índios e a outros povos europeus ou a realização de obras públicas eram lembrados nos pedidos. O primeiro critério de distribuição do solo da colônia portuguesa na América foi o regime de concessão de sesmarias. Este ordenamento jurídico do território foi, antes de mais nada, uma transposição da norma reguladora do processo de distribuição de terras em Portugal para os solos coloniais.

Caio Prado, em *Evolução Política do Brasil*, fez uma síntese histórica do período colonial, e, para isso, retornou a história de Portugal, mostrando a ascensão da burguesia mercantil e como, a partir dela, se iniciou o movimento das conquistas. Em meio a essa época, o descobrimento do Brasil em 1500 não pareceu causar grande entusiasmo nos portugueses, que estavam muito mais interessados nas suas possessões asiáticas e africanas, tanto que, durante os primeiros trinta anos após a sua descoberta o Brasil, não passou de uma imensidão territorial cujo único atrativo era o pau-brasil. Mas o início do século XVI é marcado pela disputa das grandes potências europeias pelo poder do descoberto Novo Mundo; Portugal resolveu então se precaver e voltar os olhos para o Brasil. Em 1549 o Governo Geral é instituído e, a Coroa portuguesa passa a adotar o regime das capitânicas hereditárias: Caio Prado negou o cunho feudal a esse regime.

Caio Prado atentou para a importância do sistema de distribuição de terras, pois é a partir dele que se construiu a sociedade colonial brasileira. O funcionamento do sistema de doações das sesmarias acarretou na formação dos latifúndios

brasileiros, deixando claro o caráter mercantil da colonização: as grandes propriedades irão predominar, necessitando de uma mão de obra em larga escala, daí a implementação da escravidão indígena, num primeiro momento, e africana. Mas não foi apenas o sistema de distribuição o responsável pela formação dos latifúndios; parecia que tudo conspirava contra a pequena propriedade.

A diferença das colônias inglesas, no Brasil, os pequenos proprietários não tinham nenhum incentivo por parte da metrópole, que conseguia ser opressiva até mesmo na legislação. Sem pequena propriedade, sem nenhuma forma de comercialização ou industrialização sistemática, os latifúndios constituíram a unidade econômica básica da colônia: “A sociedade colonial brasileira é o reflexo fiel da sua base material: a economia agrária”; a sociedade moldou-se de acordo com a economia, o senhor rural monopolizou as riquezas, o prestígio e o domínio sobre a massa popular composta por poucos homens livres, índios, mestiços e negros escravizados. Caio Prado condenou as entradas bandeirantes, chamando-as de “caçada do homem pelo homem”, e mostrou a Companhia de Jesus como importante para frear tal movimento.

Poderia outra colonização, que não a portuguesa, ter colocado as bases para uma sociedade colonial diversa no futuro Brasil? É o problema histórico que colocou a ocupação do nordeste do Brasil, na primeira metade do século XVII, pela Holanda, da qual se ocupou José Antônio Gonsalves de Mello, sublinhando a importância da ocupação holandesa para que se surgisse uma “consciência de espécie”, para a qual a luta contra Maurício de Nassau (1604-1679) forneceu as primeiras “cicatrices honrosas”. Segundo o autor, a descrição desse período não pode se limitar a um embate de exércitos. Os portugueses não venceram apenas por serem mais fortes em armas, mas porque sua dominação vinha desenhada nos gestos e na língua.

Em 1630 os holandeses invadiram Recife porque ali viram a porta de entrada comercial para a capitania: a conquista se faria por onde rendesse dividendos, não por sua capacidade de exercer desde o início um poder político (nesse caso os holandeses teriam invadido a Bahia). Mas não podiam ultrapassar um limite próximo a cidade, temendo por emboscadas. Passavam fome até que novos provimentos (peixes da Terra Nova, pão preto, toucinho de Moscou ou cerveja) chegassem da metrópole. As primeiras coisas de valor presenteadas a metrópole foram os sinos das igrejas de Recife e Olinda, uma bagatela.

Os holandeses parecem ter sido incompetentes em dominar a nova terra e seu vasto benefício, o açúcar: por inabilidade, inapetência ou uma soma de ambas (com

exceção de alguns poucos casos, como o do senhor de engenho Gaspar van Niehof van der Ley, cujo sobrenome transformou muitos pernambucanos de origem holandesa em "wanderleys") não tocaram nas plantações, dominadas pelos portugueses. "Nós governamos a terra e os portugueses, nossos haveres", escrevia um conselheiro de justiça holandês, van de Boorde, a seus chefes na Câmara da Zeelândia, em 1643. A língua portuguesa jamais deixou os canaviais. Os holandeses utilizavam as palavras "engenho", lavrador, "bagasse" (de cana), "graep" (garapa), até incorpora-las a sua língua corrente.

Os portugueses, que na Índia se estabeleceram com um sistema de entrepostos comerciais, no Brasil não viam problemas em se atirar a manipulação do bagaço da cana, porque isto era o que a terra tinha de melhor. Os holandeses, em contrapartida, eram bastante pouco familiarizados aos usos do lugar, ainda que também desejassem o melhor. Não ousavam tocar nas técnicas agrícolas tropicais, como não ousavam tocar nas mulheres. Usaram o trabalho nos engenhos, ainda que recusassem o trabalho negro escravo.

A maestria dos holandeses se referiu a cidade. Com eles iniciou-se, no Brasil, o período que Gilberto Freyre chamou do "prestígio da rua". Os holandeses construíram seus sobrados, com tijolos inovadores descarregado de seus navios. Formaram também sua classe burguesa, distinta como "povo" (nome que a cartografia da época dava a Recife), antes presente apenas no inexpressivo número de técnicos e oficiais mecânicos espremidos entre senhores de engenho e seus ordenados. Mas o sistema econômico baseado na monocultura açucareira e sua figura dominante, o senhor de engenho, sobreviveu no Brasil "flamengo" (designação incorreta para os naturais das Províncias Unidas).

Os "burgueses" aglomerados em Recife e Maurícia, "viviam do comércio de açúcar ou dele dependiam para a sua subsistência", disse Gonsalves de Mello. Uma colonização "protestante" não teria resolvido o problema da emergência de uma classe burguesa na América colonial "ibérica". A invasão holandesa do nordeste brasileiro se deu entre os anos de 1630 e 1654, com dois grandes períodos de guerras: 1630-1635 e 1645-1654 quando os portugueses finalmente reconquistaram o centro econômico de sua principal colônia. A tomada do Nordeste Brasileiro pela WIC (Companhia Holandesa das Índias Ocidentais) se deu após diversos anos de estudos, onde grande parte da comunidade judaica local colaborou com os invasores devido as perseguições sofridas junto aos católicos.

Havia dois interesses fortemente ligados na decisão holandesa de dominar as colônias sul-americanas dos portugueses: um deles era o fato da Holanda tornar-se inimiga de Portugal após este ser vassalo da Espanha, o outro, o interesse financeiro propriamente dito, visto que a produção e o comércio de açúcar eram extremamente lucrativos e os holandeses já dominarem as transações comerciais. Após a morte do infante D. Henrique em 1580, houve uma grave crise na linha de sucessão ao trono português, visto que o jovem Rei ainda não havia deixado herdeiros. Após uma tentativa de golpe, o Rei de Espanha, Felipe II (Felipe I de Portugal) assumiu o trono fazendo com que Portugal se tornasse inimigo da Holanda. A Holanda tinha diversos investimentos no Brasil, com empréstimos a senhores de engenho e intensas ligações comerciais com a venda de açúcar e de pau-brasil. Em 1621 foi criada a Companhia das Índias Ocidentais, de capital aberto na Bolsa de Valores de Amsterdã, e nos mesmos moldes da já importante Companhia das Índias Orientais.

Primeiro tentou-se conquistar a cidade de Salvador, capital administrativa da colônia portuguesa, com a derrota, optou-se por Olinda e Recife, centros econômicos. O governo holandês ofereceu aos imigrantes e aos senhores de engenho, que não fugiram a Bahia, diversos incentivos fiscais e empréstimos a prazo para a reconstrução dos engenhos arrasados pela guerra, com gado morto e escravos fugidos. Nassau marcou época como governador. Ele tentou realizar uma política conciliatória entre holandeses e portugueses, além de ter oferecido liberdade restrita de credo para católicos e judeus. Entretanto, isto não impossibilitou uma crescente onda antissemita baseada na ideologia religiosa e no poder social e econômico que os judeus adquiriram com o tempo. A ciência foi incentivada, criou-se uma política de higiene e sanitarismo público. Foram construídos jardins botânicos, zoológicos, museus artísticos e um plano urbanístico para a “Cidade Maurícia”, baseado no urbanismo holandês.

Nassau combateu a oligarquia local dos senhores de engenho, combateu a monocultura e a fome. Todo o interior, entretanto, era tomado pelos portugueses, que tinham o conhecimento da produção da cana-de-açúcar e, assim, tinham a economia em mãos, enquanto o poder institucionalizado estava nas mãos dos holandeses. Os holandeses estiveram durante toda a ocupação (24 anos), encurralados em uma pequena faixa de terra que acompanhava o litoral, onde ficavam as suas cidades. A política colonizadora holandesa baseou-se nas cidades, diferentemente da política basicamente agrária portuguesa. Isto acabou gerando diversos problemas de

abastecimento nas cidades, onde, por diversos momentos, houve longos períodos de fome e epidemias.

A economia açucareira foi dificultada, além das pestes, secas e enchentes, pelos incêndios e saques patrocinados e promovidos pelo governo baiano português. Além disso, a política de Nassau de combate a fome criou diversos atritos do governo com os senhores, já que se exigiu a plantação de mandioca. Estes fatos foram decisivos para a decisão dos senhores de engenho de iniciarem a rebelião em 1645, criada e sustentada pela elite agrária de origem portuguesa. A revolta chefiada pelos senhores conseguiu apoio do governo inglês e francês, além dos portugueses baianos e, secretamente, do governo português pós-restauração de 1640. Confiando nos acordos com os portugueses, os holandeses diminuíram o potencial defensivo do Brasil.

Os holandeses nunca afirmaram abertamente serem contra os portugueses, mas, somente contra os católicos, religião predominante entre eles. Os holandeses sabiam do poder das ordens religiosas e as expulsaram, incluído a Jesuíta, mas Nassau permitiu, nas cidades, a realização de missas “às portas fechadas”: no interior, com o poder dos portugueses, senhores de engenho, a política religiosa era menos restritiva.

A colonização pela invasão holandesa era incentivada com a vinda de populações principalmente protestantes, como ingleses, franceses e escoceses, a vinda de judeus foi grande também. Protestantes, católicos e judeus casavam-se entre si e, muitas vezes, um dos elementos do casal mudou de religião para acompanhar o outro. A comunidade judaica no Recife foi muito grande e poderosa, com ligações com os judeus de Amsterdã. Depois de certo tempo, os judeus passaram a dominar grande parte da economia devido ao fato de dominarem ambos os idiomas e fazerem empréstimos e compras a vista de escravos, e venda a prazo.

Começou, assim, um movimento antissemita no Recife, cujos motivos eram o poder econômico e a facilidade para a aclimação dos judeus. Nunca houve, por outro lado, harmonia entre portugueses e holandeses: as relações sempre foram baseadas na desconfiança. Logo o governo percebeu que o principal poder dos portugueses estava nos seus senhores de engenho e tratou-se de retirar o poder destes com a Câmara dos Escabinos, e com vexames em suas próprias terras, transferiram o poder a classe média urbana. Durante a guerra de reconquista, de 1645-1654, grande parte dos europeus não-holandeses passaram para as tropas portuguesas.

Uma das bases da política colonizadora holandesa foi a aliança com os índios, que eram inimigos dos portugueses devido a escravidão indígena: as tribos se tornaram guardas das fronteiras do território holandês, ao norte, sul e oeste. Além disso, estes índios também foram informantes das riquezas minerais e da geografia da região dominada. Antes mesmo da invasão, a Companhia definiu que todo índio em terras conquistadas teria direito a liberdade, porém, chegou a haver uma breve escravização nas áreas mais distantes, de índios “inimigos”. Por outro lado, apesar de livres, os índios eram extremamente explorados, maltratados e mal pagos.

Os líderes protestantes tentaram, durante longos períodos, a catequização dos índios aliados. Tentou-se formar seminários para o ensino da moral protestante, primeiro em holandês e depois em português, mas os índios se rebelaram em 1643 contra a tomada de suas crianças. Mesmo com o fim dos seminários e depois da saída dos holandeses, padres católicos portugueses afirmaram terem encontrado tribos de costumes protestantes. Apesar de aliados, os índios do Rio Grande do Norte, os tapuias, eram também temidos pelos holandeses devido a sua “selvageria e violência”, as relações conjugais entre brancos e índios sempre foram combatidas e repelidas.

O historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello retratou os anos de 1630 a 1654 do Nordeste brasileiro, caracterizado pela dominação holandesa em Pernambuco e duas guerras, a de Resistência (nos anos 30 do século XVII, na qual os proprietários de engenhos perdem o domínio sobre a área) e a de Restauração (quando os antes derrotados luso-brasileiros recuperam o comando e, principalmente, os principais engenhos açucareiros da localidade). A análise da conjuntura internacional (com o surgimento de novas potências marítimas e contestação do domínio ibérico em diversos campos) e das relações entre metrópoles e colônias anteriores a invasão holandesa, em 1630, torna-se importante para entender o papel do Brasil nessa época, para a melhor compreensão das “guerras do açúcar” e da dominação batava.

A luta entre luso-brasileiros e holandeses teve um fator de propulsão: o açúcar. Os dois lados buscavam monopolizar a produção e o comércio do produto, visto que ele continuava com intensa procura na Europa. Foi com esse intuito que a Holanda formou a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e reforçou seu poder naval, podendo assim invadir o litoral nordestino em 1630, tomar Olinda e Recife, sustentar uma guerra de 9 anos e dominar as principais regiões produtoras de açúcar. A defesa dos luso-brasileiros, tanto na Resistência quanto na Restauração, foi financiada principalmente por impostos advindos da comercialização clandestina de açúcar que

se faziam nas áreas não controladas pelos holandeses, visando expulsar os invasores para retomar seu acesso as principais áreas produtora do açúcar. O objetivo holandês era somente o domínio da agricultura monocultora e de seu comércio: recuperar tais posições tornou-se questão de sobrevivência para os luso-brasileiros, o que demonstra a importância do produto na época.

No início, a política holandesa foi de combater a escravidão, mas assim que se percebeu a vantagem econômica desta, passou-se a adotá-la, inclusive com monopólio por parte da WIC.

Os negros eram necessários ao método de produção criado pelos portugueses e seguido pelos holandeses. Inicialmente, as condições dentro dos navios negreiros holandeses eram piores do que as condições nos navios portugueses. Somente depois é que passaram a adotar melhores condições, que, inclusive, permitiram melhores lucros com menor mortalidade. A preferência era aos angolanos, “melhor adaptados ao trabalho escravo”. Apesar disso, o tratamento dado aos escravos era melhor do que o oferecido pelos portugueses, inclusive formando-se amizades entre holandeses e negros, posteriormente alforriados. Durante a guerra de conquista de 1630-1635, os negros dos engenhos e das lavouras fugiram e se refugiaram, principalmente em quilombos, como veremos, na região de Palmares. Estes foram constantemente combatidos pelos holandeses, porém conquistaram muita força nesta região.

Os pastores protestantes não demonstraram grande interesse com relação a evangelização dos negros, o que foi apontado como motivo das derrotas nas guerras de 1645-1654. A política holandesa restringia muito mais do que a portuguesa, a união entre brancos e judeus, negros e índios, durante os 24 anos de dominação foi criado uma grande segregação religiosa-racial. Depois da reconquista portuguesa, muitos judeus voltaram à Holanda, outros indo para a “Nova Amsterdã” (futura Nova Iorque). A comunidade judaica na América, até os nossos dias, cita orgulhosa os tempos de colônia em Pernambuco, onde desfrutava de liberdade religiosa impensável na época para os padrões europeus e católicos. Os portugueses, por sua vez, apesar de dominados, tinham a economia em suas mãos, ao continuarem de posse da terra pernambucana. De 1630 a 1654, parte do Brasil viveu sobre outro sistema social, combatido e derrotado pela classe dominante do sistema econômico-social que havia sido desmantelado. Mas esse outro sistema social foi incapaz de por as bases de uma sociedade substancialmente diferente daquela criada pelo colonialismo ibérico.